

Wilson da Silva Gomes

Doutor em Filosofia (1988), Professor Titular da UFBA, pesquisador CNPq 1-A, docente e orientador no PPG de Comunicação e Cultura Contemporâneas, coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital.

E-mail: wilsonsg@terra.com.br

Tatiana Dourado

Doutoranda no PPG em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD).

E-mail: tatianamaria.dourado@gmail.com

# *Fake news*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia

Wilson da Silva Gomes  
Tatiana Dourado

## Resumo

O artigo discute o fenômeno das *fake news* ou o uso de histórias sobre fatos inventados ou propositalmente alterados para fins políticos. A questão de fundo tem a ver com as complicadas interações entre *fake news* e jornalismo, de um lado, e *fake news*, política e democracia, por outro. Parte de um breve reconhecimento do efeito da ampla disseminação e consumo de narrativas falsas, sobretudo, em contexto eleitoral, passa por uma tentativa de organização conceitual das noções envolvidas em uma definição consistente de *fake news*, tenta reconstruir as grandes linhas dos fenômenos sociais que permitiram a emergência da crise epistêmica na política contemporânea e, por fim, apresenta um estudo com uma amostra de 14 histórias comprovadamente forjadas sobre o tema de fraude nas urnas eletrônicas, que circularam durante a campanha presidencial brasileira de 2018, para tirar algumas conclusões sobre o significado e o alcance das *fake news* entre jornalismo e democracia.

**Palavras-chave:** *Fake News*. Epistemologia tribal. Fraude na urna eletrônica.

**Fake news, a political communication phenomenon among journalism, politics, and democracy**

## Abstract

The article discusses the phenomenon of fake news or the use of stories about facts invented or purposely altered for political purposes. The bottom line has to do with the complicated interactions between fake news and journalism, on the one hand, and fake news, politics and democracy, on the other. It starts from a brief recognition of the effect of the widespread dissemination and consumption of false narratives, especially in the electoral context, and goes through an attempt at conceptual organization of the notions involved in a consistent definition of fake news. It then goes through an outline of the social phenomena that allowed the emergence of the epistemic crisis in contemporary politics, and presents a study with a sample of 14 histories proven forged on the subject of electronic voting fraud, which circulated during the Brazilian presidential campaign of 2018. Finally, the article draws some conclusions about the meaning and scope of fake news between journalism and democracy.

**Key words:** Fake news. Tribal epistemology. Electronic voting fraud.

**E**m uma eleição, disputa-se, por definição, mandatos públicos. Mas, também, disputam-se os corações e as mentes dos eleitores, e, como é cada vez mais claro, disputam-se narrativas, interpretações de fatos e histórias. Histórias, sim, no sentido de narrações sobre acontecimentos, de relatos sobre fatos. Não se trata apenas de produzir a melhor e a mais convincente interpretação sobre o que de fato aconteceu – e de concorrer com as compreensões alternativas destes mesmos eventos –, mas de produzir relatos, presumivelmente, verdadeiros sobre acontecimentos, presumivelmente, reais e de disputar com os relatos divergentes na esfera da atenção pública, seja no que tange à veracidade da narração seja no que se refere à efetividade dos fatos narrados.

Há, claramente, uma dimensão epistemológica em jogo na disputa por histórias políticas, na medida em que todas pretendem ser verdadeiras mesmo quando os fatos que narram são altamente implausíveis, e mesmo quando histórias francamente contraditórias entre si aparecem ao mesmo tempo e colidem, à vista de todos, na esfera pública. A veemência na reivindicação de um estatuto epistêmico inquestionável para as minhas histórias, ou para os relatos que o meu lado oferece, contrasta de forma particularmente dramática com a multiplicação de narrativas à primeira vista implausíveis e/ou sobre fatos improváveis ou com a proliferação de relatos que divergem completamente. Em suma: há cada vez mais reivindicações de verdade e há cada vez mais mentiras no que se refere às histórias que, presumivelmente, dão conta dos fatos da política.

Este fenômeno, acreditam muitos, afeta profundamente o jornalismo, o seu lugar nas sociedades democráticas e a sua relevância social. Com a proliferação de falsificações nas narrativas sobre fatos políticos, parece que é o próprio jornalismo, a instituição a que historicamente se reputou o privilégio de nos assegurar sobre quais são, efetivamente, os acontecimentos da atualidade, que está sendo epistemologicamente questionado e desafiado. Nas palavras do professor Steen Steensen:

*A epistemologia jornalística da objetividade, ainda prevalecente, na qual as práticas de checagem e verificação de fatos baseiam-se predominantemente na crença de que o que pretende ser conhecimento pode ser categorizado como verdadeiro ou falso, como falsificado (fake) ou real, simplesmente não serve mais. As formas pelas quais o jornalismo produz algo que pretende ser conhecimento precisam ser mais adaptadas a um mundo em que o conhecimento e a verdade são cada vez mais entendidos como construções, e em que a certeza absoluta se tornou um luxo inacessível (STEENSEN, 2019, p. 2).*

Da mesma forma, teme-se pela sorte da democracia no pântano informativo em que o mundo se meteu, e em que segurança informacional, garantias e valores políticos pode afundar sob os nossos pés. Em um recente artigo comentando as eleições americanas, Nathaniel Persily, professor de direito em Stanford, perguntava explicitamente se a democracia conseguiria sobreviver à internet. E concluía que “A prevalência de histórias falsas on-line erige barreiras à tomada de decisões políticas esclarecidas e torna menos provável que os eleitores escolham com base em informações genuínas, em vez de mentiras ou ‘distorções’ [spin] enganosas (PERSILY, 2017, p. 70)”. O mesmo argumentado sustentado, em tintas ainda mais dramáticas, por A. Gaughan, professor de direito em Harvard, sobre a situação da democracia americana depois da eleição presidencial de 2016.

*(...) entramos em um perigoso novo capítulo na história da nação, que não apenas ameaça a confiança do público na imparcialidade das eleições, mas que potencialmente poderia até minar a saúde de longo prazo da democracia nacional. Em uma era de falsas alegações generalizadas de fraude eleitoral, níveis históricos de hiperpolarização e intensificação do partidatismo na administração eleitoral, os direitos básicos de voto que os americanos assumem como garantidos enfrentam sérias ameaças em várias frentes (GAUGHAN, 2017, p. 58).*

A disputa pela “verdade” e o uso da palavra “mentira” como autodefesa se fazem presentes, uma eleição após a outra, na política contemporânea do Brasil e do mundo.

<sup>1</sup>Ver em “Exclusivo: Investigação revela como blog defendia Dilma com rede de fakes em 2010”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43118825>

<sup>2</sup>As principais mentiras do pleito apontavam que Aécio bateu em sua namorada durante festa; que Dilma era lésbica e que a sua amante cobrava pensão; que Joaquim Barbosa seria ministro da Justiça de Aécio, que Lula era dono da Friboi, e, novamente, que Dilma era terrorista. Cf. em <https://www.boatos.org/politica/especial-os-10-maiores-boatos-espalhados-durante-eleicoes-014.html>. Também se dizia que Alberto Youssef havia sido assassinado (cf. <https://www.boatos.org/politica/alberto-youssef-e-achado-morto-em-curitiba-diz-informacao-falsa.html>) e que o PT trouxe 50 mil haitianos para votar, ver em <https://www.boatos.org/politica/informacao-falsa-pt-trouxe-50-mil-haitianos-para-votar-em-dilma-nas-eleicoes.html>, dentre outras coisas.

<sup>3</sup>Naquela ocasião, Aécio Neves chegou a gravar vídeo para distribuição no WhatsApp pedindo ajuda contra “mentiras”. Ver em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,ae-cio-grava-video-para-o-whatsapp-e-pede-ajuda-contras-mentiras,1574715>, e Dilma Rousseff repetia que a “verdade iria vencer a mentira” (Cf. <https://www.valor.com.br/eleicoes2014/3672808/verdade-vai-vencer-mentira-diz-dilma>).

<sup>4</sup>Sobre isso, sugerimos em <https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>

Em breve retrospecto, durante as eleições de 2010, por exemplo, a difusão da história, posteriormente conhecida com a saga da “bolinha de papel”, de que o candidato José Serra teria sido ferido na cabeça por objeto sólido e pesado lançado por militante petista se converteu em uma batalha de narrativas entre as versões do PT e do PSDB. Nesse mesmo pleito foi revelado que um perfil de blogueiro político e alguns blogs falsos haviam sido criados para desmentir boatos sobre Dilma e produzir conteúdo tendencioso em defesa da candidata do PT, disseminados por pelo menos 130 outros perfis falsos<sup>1</sup>.

Nas eleições seguintes, em 2014, o Brasil já vivia patamar mais acirrado de polarização, tendo Aécio Neves (PSDB) e, novamente, Dilma Rousseff (PT) como principais opositores, em um contexto de maior participação de mídias sociais na comunicação, na mobilização e no engajamento de eleitores nas campanhas eleitorais. Nesta eleição, a interferência de mentiras<sup>2</sup> ou meias-verdades distribuídas *on-line* se tornou cada vez mais recorrente<sup>3</sup>.

Em 2018, já havia expectativa de que o volume viral de boatos e mentiras iria poluir o debate eleitoral em função não só das eleições de 2016, nos Estados Unidos, do referendo do Brexit do Reino Unido ou das eleições da França em 2017 (FERRARA, 2017), entre outros, mas, também, de episódios pré-eleitorais do Brasil, como o rastilho de rumores *on-line* que se seguiram à execução da vereadora Marielle Franco<sup>4</sup> (PSOL), à greve dos caminhoneiros<sup>5</sup> e à prisão do ex-presidente Lula. Esses casos, que antecederam a corrida eleitoral brasileira, foram representativos no sentido de mostrar o potencial que têm relatos sobre fatos inverídicos de influenciar a discussão e o discurso públicos e de servir como peças estratégicas para batalhas eleitorais.

É muito provável que a produção e disseminação de relatos falsos com fins políticos sejam fenômenos coextensivos à própria política. É plausível imaginar que boa parte da energia despendida na comunicação política em ambiente competitivo sempre envolveu a invenção de histórias e a disseminação de boatos, pelos mais diferentes meios e com os mais variados propósitos imediatos, a fim de criar ou destruir imagens públicas de atores políticos, produzir medo na plebe ou no eleitorado ou induzir comportamentos e atitudes dos interessados nas disputas políticas. Um boato, naturalmente, não precisa se basear em uma história falsa, mas é igualmente plausível imaginar que a invenção de fatos inexistentes desempenhe um papel importante nas narrativas disseminadas, assim como são relevantes a distorção, o exagero, a supressão ou qualquer forma de alteração intencional dos fatos realmente acontecidos.

Quando se fala de histórias falsas, distorcidas, exageradas ou com supressões, tem-se em mente duas ordens de coisa. De um lado, a ordem da linguagem, vez que se trata de uma narrativa, que, em si mesma, pode ser coerente e consistente ou o contrário disto. De outro, a ordem da narrativa factual<sup>6</sup>, ou seja, um relato que se refere essencialmente a fatos, a eventos da ordem da realidade. Assim, quando se diz que uma história é falsa, significa que uma narrativa presumivelmente referida a eventos da ordem da realidade não dá conta dos fatos que diz relatar. Ou porque esses fatos não aconteceram ou, alternativamente, porque aconteceram diferentemente do que está sendo narrado. A verdade ou falsidade de uma história, portanto, está relacionada à possibilidade de que certas narrativas factuais expressem ou não os fatos reais a que se referem.

### **Faking the news**

Nos últimos tempos, reservou-se (e, com isso, popularizou-se) o termo *fake news* para designar os relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir. A expressão se refere, principalmente, aos relatos inventados ou alterados e difundidos com propósitos políticos. O termo *fake news*, como se sabe, popularizou-se como elemento da retórica de Donald Trump e passou a designar as narrativas falsas que foram

produzidas, consumidas e compartilhadas nas eleições que o elegeram para a Casa Branca em 2016 (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; GUESS; NYHAN; REIFLER, 2018; OLSON, 2016).

A escolha da expressão “*fake news*”, contudo, acrescenta outra característica, advinda da noção de “*news*” (notícia), à ideia já conhecida de relatos que se reivindicam factuais, mas que praticam a contrafação de inventar ou alterar os fatos a que pretensamente se referem. Com esta expressão se põe, ademais, ênfase considerável no fato de que não se trata de quaisquer narrativas factuais, mas de relatos jornalísticos, de histórias do noticiário. Com isso, se implica, aqui, a autoridade e a credibilidade da instituição do jornalismo e dos seus processos de produção de relatos autorizados e dotados de credibilidade sobre os fatos da realidade. Não são quaisquer relatos falsos, mas contrafações do próprio jornalismo.

E isso não apenas porque o jornalismo, reconhecidamente, é uma atividade e uma instituição essencialmente vinculada à produção de relatos factuais. Outras instituições, como a ciência, também o são. Trata-se, então, principalmente, do fato de que o jornalismo é considerado como o lugar por antonomásia das narrativas factuais sobre a atualidade, sobre o que está acontecendo no mundo, particularmente, no mundo político, neste momento.

Quando se decide que as narrativas factuais de que estamos falando são “*news*”, ainda que forjadas, naturalmente, aposta-se no fato de que os criadores de narrativas falsas tentam uma dupla contrafação, seja inventando ou alterando os fatos a que referem as suas histórias, seja camuflando a narrativa, na ordem da linguagem, segundo o estilo e a aparência das reportagens jornalísticas. Na verdade, como veremos no nosso estudo empírico, há mais histórias falsas em circulação do que histórias falsas camufladas no formato de reportagens. Isso não muda o fato, contudo, de que praticamente todas as histórias falsas em circulação pretendam-se, explícita ou implicitamente, relatos factuais autênticos sobre fatos correntes no mundo.

Além disso, raramente alguém põe em dúvida hoje o fato de *fake news* serem criaturas essencialmente digitais. A expressão, de fato, é reservada às histórias factuais que circulam amplamente em ambientes digitais de convivência - como se designam todas as formas de digitais de redes sociais por onde circulam não apenas informações, mas também identidades e afetos - ou são distribuídas através dos *social media*, conjunto de dispositivos e aplicativos, mormente baseados em tecnologias móveis, por meio dos quais se compartilha conteúdo de toda natureza, de maneira ininterrupta e em situação de conexão permanente. Nesse sentido, *fake news* são, hoje, parte importante da dieta de informação obtida digitalmente. Não, naturalmente, porque só podemos mentir e inventar *on-line*, nem porque há alguma coisa inerente à vida *on-line* que estimula as pessoas à contrafação da informação, mas porque a crescente digitalização da vida inclui a intensa digitalização de tudo o que a vida comporta, inclusive a atividade de falsificar e alterar fatos para manipular as pessoas politicamente.

Não nos enganemos, contudo, de que se trata de mera digitalização da invenção de fatos. A vida digital comporta possibilidades nunca experimentadas no território da contrafação de narrativas factuais, sobretudo, porque acrescenta a esta atividade uma capacidade sem precedentes de alcance na disseminação de conteúdo falso e uma velocidade antes impensável de propagação. Sem mencionar a facilidade na produção de conteúdo, as possibilidades de distribuição extremamente segmentada para o público-alvo, a capacidade de exposição inadvertida das pessoas nos smartphones, a extrema maleabilidade e reprodutibilidade dos materiais digitais.

Além disso, por suas características específicas, há enorme dificuldade de se controlar a profusão de *fake news* na política e de se combater os seus efeitos, apesar do reconhecimento generalizado sobre o fato de serem nocivos. Antes de tudo, porque há uma consistente correlação entre o repentino pico na produção, difusão e uso de histórias políticas falsas, por volta de 2016, e a acentuada curva para cima do movimento conservador de direita, exatamente na mesma época e nas mesmas

<sup>5</sup>Sobre isso, sugerimos em <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/fake-news-sao-combustivel-para-mantencao-da-greve/>

<sup>6</sup>Narrativas, relatos ou histórias podem ser factuais, quando referidas a fatos, mas também podem ser intencionalmente ficcionais, quando produzidas com base na faculdade da imaginação, na fantasia. Naturalmente, histórias factuais podem ser verdadeiras ou falsas, enquanto relatos ficcionais podem ser apenas coerentes ou incoerentes, consistentes ou inconscientes, verossímeis ou inverossímeis etc.

sociedades, o que claramente sugere que o uso extensivo de *fake news* políticas é um fenômeno associado à ascensão mundial do movimento conservador de direita. A chave para entender a correlação está no tema da pretensa “crise epistêmica”, intencionalmente, produzida pela nova direita em seu próprio benefício, e que consiste em desqualificar todas as instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade para arbitrar sobre o conhecimento socialmente aceito sobre fatos, a saber, a ciência, a universidade e o jornalismo.

Esta é a razão pela qual a expressão “*fake news*” se tornou reversível: quando um liberal a usa, refere-se a notícias sobre fatos inventados ou reportagens que alteram os fatos segundo as conveniências políticas de quem as cria; quando a empregá-la está um conservador de direita, como Trump ou Bolsonaro, a referência é ao jornalismo em geral, considerado, por eles, uma instituição já comprometida, quer dizer, já invadida e controlada pelos liberais e pela esquerda. E o mesmo se estenderia ao que dizem os intelectuais, os professores e os cientistas, tudo *fake* segundo a premissa persecutória da nova direita. As *fake news*, nesta perspectiva, são apenas mais um caso de contrafação de relatos factuais, que igualmente seriam feitos por intelectuais, professores e cientistas. Assim, o que para nós seria a industrialização da contrafação das narrativas factuais por parte da nova direita, para eles seria a criação de uma ecologia midiática alternativa, necessária em face do alegado cerco dos liberais e dos esquerdistas, para produzir informações, jornalísticas e científicas, para consumo próprio dos públicos da direita e em conformidade com seus princípios e valores. Assim, paralelamente ao esforço de produzir o descrédito da mídia considerada irremediavelmente comprometida, sustenta-se uma peculiar epistemologia tribal (ROBERTS, 2017), segundo a qual um relato é verdadeiro ou falso não em função dos fatos a que se referem, mas em virtude dos valores que reforçam, dos princípios que sustentam. Se a objetividade e a neutralidade estão irremediavelmente perdidas, o que é bom para nós é verdade e o verdadeiro é tão somente o que é bom para nós.

Neste quadro, o combate às *fake news* é uma tarefa desoladora, uma vez que toca o cerne de uma disputa que é, ao mesmo tempo, epistemológica e política. E depende de uma circunstância social em que o movimento mundial da direita ultraconservadora avança fortemente, conquista posições centrais de poder político e estende a sua base social. Se presidentes da República, ministros e figuras proeminentes da política se tornam eles mesmos produtores ou disseminadores de histórias políticas falsas, se repetem incessantemente para os seus seguidores que *fake news* são as notícias produzidas pela grande imprensa e não aquelas fabricadas pela nova direita e se fazem questão de pregar a epistemologia tribal, quais as chances de se enfrentar a onda avassaladora de falsificações que parece comprometer tão intensamente a política democrática em nossos dias?

### **A teoria encontra a empiria: um estudo sobre *fake news* na campanha de 2018**

Tudo somado, em que situação nos encontramos hoje no que tange à ecologia dos relatos pretensamente factuais que falsificam ou alteram fatos com propósitos políticos?

Antes de tudo convém registrar que, face à absoluta novidade do assunto, os quadros conceituais para o estudo de *fake news* estão sendo criados neste momento, assim como os métodos de coleta, medições e análise estão ainda sendo inventados e testados e as decisões sobre o que é importante considerar no fenômeno ainda estão por serem tomadas. Tendo isto em vista, resolvemos examinar as nossas hipóteses sobre *fake news* à luz de um pequeno estudo empírico que nos permitisse embasar algumas conclusões sobre a natureza peculiar das histórias falsas, incluindo aí, por força, o processo da sua circulação digital, os interessados envolvidos em sua disseminação e as suas características políticas. O estudo consistiu na análise de 14 relatos, que circularam no mês de outubro de 2018 no Brasil, todos certificados como *fake news* por instituições de verificação de fatos no país. A restrição temática usada para a formação do *corpus* foi a ideia de que as urnas brasileiras seriam fraudadas.

Na sua totalidade, as histórias foram compartilhadas um milhão de vezes nas principais plataformas digitais e circularam por redes *on-line* de conservadores de direita e apoiadores da candidatura de Jair Bolsonaro.

Neste estudo, buscamos cobrir os quatro elementos que consideramos decisivos para uma correta avaliação de *fake news*: o contexto da guerrilha informativa, os meios e modos de propagação, a mimetização jornalística e o teor político da história. A cada um desses elementos corresponde uma hipótese ou premissa sobre o funcionamento dessas histórias.

Em primeiro lugar, consideramos que, frequentemente, o surgimento de *fake news* de ampla viralização sobre determinado assunto é precedido por disputas e tensões informativas, não de raro amparadas em distorções, em narrativas conspiratórias e em boatos sem fundamento sobre o tema retratado. Tomemos por exemplo a saga do “Kit Gay” (da qual faz parte a lenda da “mamadeira de piroca”), série de *fake news* produzidas sobre o programa anti-homofobia que o Ministério da Educação (MEC) iniciou, mas não implementou, durante o governo Dilma Rousseff. Certamente, não teria tido o sucesso que obteve sem a contribuição do jornalismo para a construção do rótulo “kit gay” e sem a profunda disputa narrativa que se deu em torno de ideias como a de “indução à homossexualidade”, “incentivo à pedofilia” e “estímulo à atividade sexual precoce de crianças em idade escolar” mobilizadas pelo campo conservador.

Isso não significa, claro, que todas as contrafações de relatos fatuais publicadas derivem de contextos de disputa narrativa e sejam parte de uma guerrilha de desinformação sobre um tema específico. O fato é que uma guerrilha de desinformação em curso, com pelo menos uma parte muito mobilizada sobre um assunto que lhe é sensível, é condição de possibilidade para o sucesso de uma história forjada sobre qualquer assunto. A guerrilha de desinformação mantém a temperatura política em alta, a atenção coletiva sobre o tema concentrada e os nervos à flor da pele e suscetíveis a qualquer novo estímulo, que são as condições fundamentais para a propagação viral em larga escala de qualquer narrativa falsa sobre qualquer assunto.

Em segundo lugar, há que se considerar ainda que o alcance que dada *fake news* ganha em termos de compartilhamento e volume viral também molda a validação da história, mesmo sendo inteiramente falsa. A forma como as *fake news* se espalham e passam de uma plataforma a outra, portanto, é parte elementar do fenômeno baseado nas mídias sociais. Estudar modos de propagação significa, nesse sentido, compreender, principalmente, a origem, a força e o percurso das histórias. Para isso, compreendemos ser preciso destacar quatro elementos, a saber, o alcance, os emissores, as plataformas e as redes políticas envolvidas.

Em terceiro lugar, temos a questão da mimetização das histórias forjadas de forma que pareçam notícias produzidas pelo sistema profissional do jornalismo. Essa dimensão lança luz ao simulacro de profissionalismo que cerca uma peça de *fake news*. O pressuposto aqui é que a indústria de fabricação de notícias recorrerá a recursos do jornalismo profissional para conferir um ar de objetividade, legitimidade e credibilidade ao seu produto, para vencer os filtros do que gostariam de evitar ser informados por boatos e outros tipos de conteúdo enganoso. Acreditamos que a “intenção de enganar”, variável discutida como elemento estruturante do conceito de *fake news* (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017), pode ser demonstrada na roupagem jornalística dada à história falsa.

Em quarto lugar, enfim, temos o teor político. Naturalmente, este aspecto deve aparecer aqui apenas porque estamos tratando de *fake news* sobre política. O fato é que o alcance de dada *fake news* está diretamente associado ao teor político dessa história. Em outras palavras, certos atores, eventos e temas, *per se*, conseguem mobilizar sentimentos e impulsionar engajamento mais do que outros. Nesse sentido, é preciso prestar atenção aos atores políticos (figuras ou instituições públicas abordadas), à temática (classificação da história por assunto) e ao viés adotado (uso de termos e expressões apelativas que acionam sentimentos extremistas e radicais).

*O estudo sobre “fraude nas urnas eletrônicas”*

O conjunto histórias falsas sobre o tema “fraude nas urnas” representou 6,7% da amostra dos conteúdos classificados como *fake news* durante o mês de outubro, no período das eleições de 2018. A amostra foi formada pelos 14 relatos, identificados naquele mês, cujo propósito foi atacar a confiabilidade das urnas eletrônicas brasileiras, usadas como principal equipamento eleitoral no país desde 2000. Os nomes mais comumente atribuídos às histórias estão abaixo (FIG. 1).

**Figura 1 – Histórias por títulos**

Títulos
PF prendeu van com 152 urnas eletrônicas fraudadas por Haddad
Palocci denuncia fraude nas urnas eletrônicas feita pelo PT em 2014
Uma eletrônica fraudada mostra voto para Haddad quando “1” é digitado
Haddad tem 9909 votos em seção com 777 eleitores, mostra boletim de urna
Exército diz que eleição será anulada e será em papel se fraude nas urnas for confirmada
7,2 milhões de votos foram anulados pelas urnas no último domingo
Urnas apreendidas no Paraná passaram por auditoria e há prova alguma de fraude
Ursal armou esquema para manipular urnas
Urnas eletrônicas irregulares foram apreendidas em carro particular no Amazonas já preenchidas com votos para Haddad
Vídeo mostra urna com defeito em teclado e prova fraude em votação
Urnas estavam sem lacre em escola de Uberlândia
Uma no Pará anulou voto para Jair Bolsonaro
TRE-SP identificou urnas que 'adulteraram os votos digitados'
Urnas eletrônicas não estão programadas para o horário de verão

Fonte: Autores

*Nota da revista EJM: a qualidade das imagens é de responsabilidade dos(as) autores(as) do artigo.*

*Contexto de guerrilha informacional*

A suspeita de que as urnas eletrônicas não são confiáveis faz parte de crença crescentemente difundida nos últimos anos no Brasil e nos Estados Unidos, em contexto de eleições presidenciais. E, nos dois casos, são associadas à posição política da extrema-direita que terminou por sair vencedora da disputa.

Das 10 notícias mais populares sobre fraude nas urnas, três delas são do *site República de Curitiba* e uma do *site O Antagonista*, dois veículos da ecologia midiática da nova direita, que juntas somaram 597.1K de engajamento nas plataformas de mídias sociais. O interesse pelo assunto também é representado em vídeos no YouTube – um deles com 3.233.679 visualizações: “Polícia Federal investiga fraude nas urnas! Haddad é suspeito” e outro com 2.119.126: “Procurador desmascara fraude nas urnas ao vivo no Senado”. Outros três vídeos localizados nesta plataforma somam 689.516 visualizações. Da mesma forma, publicações com alta soma de engajamento sobre fraude nas urnas foi encontrada em outras redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram. Uma dessas publicações é um vídeo gravado por policiais militares do Distrito Federal (que se apresentam como sargentos) em que relatam problemas nas urnas. Este vídeo foi encontrado em duas publicações pessoais no Facebook, com 290 mil e 109 mil compartilhamentos. Um perfil no Instagram chegou a ser criado para reunir denúncias, notícias e conspirações sobre o tema.

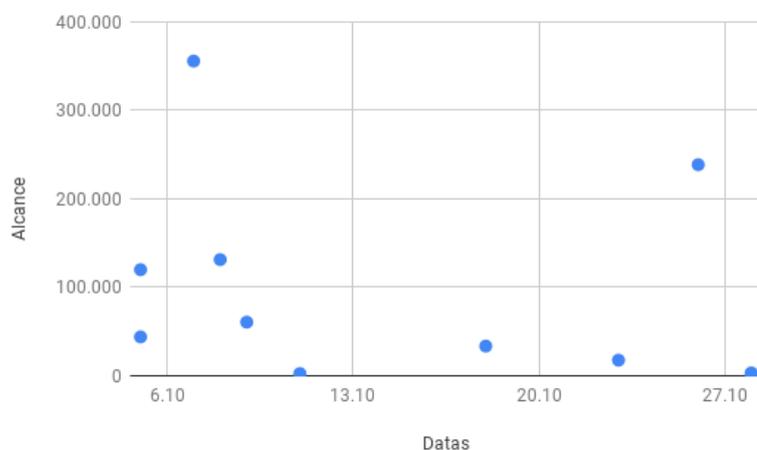
Além de cidadãos comuns, políticos também articularam diretamente o argumento da fraude. Entre os políticos, publicações de candidatos e/ou apoiadores de Jair Bolsonaro, entre eles Eduardo Bolsonaro, Flavio Bolsonaro, Joice Hasselmann, Bia Kicis, Fernando Holiday, Delegado Francischini e Cabo Daciolo, por exemplo, sobre a possibilidade de que urnas fossem fraudadas tiveram amplo compartilhamento. O argumento foi usado como estratégia de mobilização política, na qual eleitores eram estimulados a buscarem informação para ajudar a fiscalizar irregularidades no dia da votação. Paralelamente, o clima de desconfiança também foi fortalecido a partir do compartilhamento de notícias da imprensa profissional sobre denúncias de fraude nas urnas ou troca do equipamento. Uma delas, “TSE registra quase 1,3 mil urnas com problemas”, teve mais de 15 mil interações em plataformas

de mídias sociais, segundo a ferramenta CrownTangle, sendo que mais de cinco mil foram provenientes da página USP Livre<sup>7</sup>, no Facebook, movimento de direita da Universidade de São Paulo.

### Meios e modos de propagação

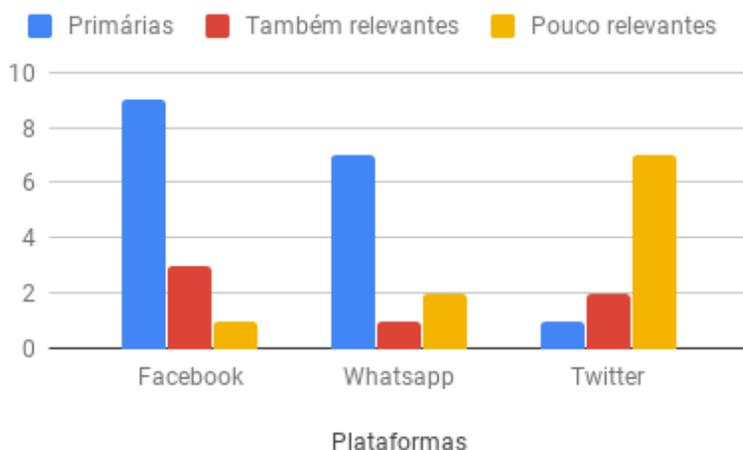
As 14 *fake news* sobre fraude nas urnas foram compartilhadas mais de um milhão de vezes<sup>8</sup> (1.006.005) no Facebook, Twitter e WhatsApp<sup>9</sup> (FIG. 2), somadas as plataformas. Esse volume de mensagens foi distribuído por pelo menos 405 propagadores, sendo 388 perfis/usuários e 17 páginas. Facebook e WhatsApp foram as plataformas primárias ou muito relevantes para a disseminação das histórias. No Twitter, os relatos apareceram de forma mais automatizadas e com pouco compartilhamentos, geralmente, para distribuir *hiperlink* com a mesma publicação no Facebook (FIG. 3).

**Figura 2- Alcance em outubro de 2018**



Fonte: Autores

**Figura 3 – Histórias por plataforma**



Fonte: Autores

A análise das redes políticas, por sua vez, mostrou que perfis, grupos e páginas por onde circularam *fake news* sobre fraude nas urnas foram majoritariamente bolsonaristas, antipetistas, antilulistas, antiesquerdistas, com defesa significativa do nacionalismo, patriotismo e intervenção militar e crítica recorrente à corrupção. Entre os emissores, parte considerável também expressa valores da religião católica e evangélica, em suas versões conservadoras, bem como enaltece as figuras de Enéas Carneiro, referência da extrema-direita brasileira, além do ex-juiz Sérgio

<sup>7</sup><https://www.facebook.com/LivreUSP/posts/926848784180722>

<sup>8</sup>Em geral, os números foram inseridos no estudo com “pelo menos” ou “no mínimo” porque foram quantificadas as publicações mais relevantes e que foram localizadas, tendo em vista que as redes sociais podem remover posts por política própria ou por decisão judicial.

<sup>9</sup>Os dados do WhatsApp foram obtidos em buscas no Monitor do WhatsApp, projeto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que monitora mais de 300 grupos fechados do mensageiro diariamente.

Moro e do procurador da República Deltan Dallagnol, que ganharam notoriedade com a Operação Lava Jato e com o discurso de combate à corrupção.

A história com mais compartilhamentos, por volta de 355.647, circulou no dia 7 de outubro de 2018, quando ocorreu o primeiro turno das eleições, e afirmava que a urna eletrônica já mostrava voto em Fernando Haddad assim que o número 1 era digitado. Desse total, 121.923 compartilhamentos foram de uma publicação da página “Conservadores EM Ação” no Facebook. Outros *posts* foram igualmente relevantes, entre eles os de três perfis pessoais, com 94 mil, 78 mil e 10 mil compartilhamentos no Facebook, bem como de figuras públicas, a exemplo da jornalista e comentarista de política Joice Hasselmann (eleita deputada federal), que teve 11 mil compartilhamentos no Twitter, e de Flavio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro (eleito senador federal), com 6,5 mil compartilhamentos no Twitter. O *post* de Flávio Bolsonaro no Twitter foi o único removido.

A amostra indica que o efeito viral tende a se verificar mais quando há um pequeno número de publicações que concentra volume alto de compartilhamento do que quando há grande número de publicações com volume pequeno de compartilhamento. Isso quer dizer que há uma tendência de que *fake news* virais tenham emissores que concentrem boa parte dos compartilhamentos.

### *Mimetização jornalística*

A camuflagem noticiosa não foi o forte das histórias sobre fraude nas urnas classificadas como *fake news* que circularam no mês de outubro das eleições de 2018 do Brasil, como veremos. Em primeiro lugar, na categoria *formato*, é importante salientar que é comum que uma mesma história ganhe versões diferentes. Por isso, foram encontrados 16 diferentes formatos para as 14 histórias estudadas: duas delas tiveram mais de um formato (em um caso três e em outro dois). Histórias formatadas como texto foram preponderantes (sete), seguidas por vídeos (cinco), imagem (dois), *card*<sup>10</sup> (dois) e áudio (1). É comum que *fake news* formatadas como vídeos, imagem, *card* ou áudio sejam também acompanhadas por mensagens textuais. A análise mostra, além disso, que textos podem se apresentar como “temas”, no caso do Facebook, e aparecer como “corrente de internet”, ou seja, com pedidos para que sejam repassados para muitas pessoas possível com a máxima urgência possível. Já fotografias e vídeos, por sua vez, foram montagens e adulterações de imagens. Em nenhum dos casos houve mimetização do formato visual ou auditivo do noticiário, com presença de URL que simule um artigo noticioso. O caso estudado também não evidenciou nenhuma *fake news* distribuída por um *site*.

Apenas três das 14 histórias citaram fonte para dar legitimidade ao relato ou autenticar o fato inventado. Nesse sentido, essas fontes foram usadas na forma de notícia de última hora, a exemplo da *Record* (“Acabou de dar na Record”) e da rádio *Odisseia FM* (“Acabou de dar agora na Odisseia FM 104.9”), e na forma de comunicado oficial: “TSE Informa”. Por fim, no âmbito do uso de jargões, foi identificado que cinco das 14 *fake news* buscaram usar ordem direta (sujeito + verbo + complementos) e o padrão textual da escrita noticiosa, a exemplo de: “PF prende uma van com 152 urnas eletrônicas”, “7,2 milhões de votos anulados pelas urnas!” e “(...) urnas eletrônicas do TRE são apreendidas agora a (sic) pouco em carro particular com destina a Autazes no Amazonas (sic)”. Nenhum outro jargão típico do jornalismo, como o uso de manchetes e interjeições, por exemplo, foi localizado. Além disso, o estudo considera que todas as 14 histórias analisadas se apresentavam como relatos factuais, ou seja, ofereciam-se como narrativas íntegras sobre acontecimentos reais.

### *Teor político*

Treze atores estiveram no centro das *fake news* sobre fraude nas urnas. Fernando Haddad e Jair Bolsonaro foram envolvidos em quatro e cinco histórias, respectivamente.

<sup>10</sup>Por *card*, consideramos mensagens formatadas como banners para internet, ou seja, uma peça gráfica.

Em todos os casos, Haddad foi colocado no papel do criminoso que teria ou estaria orquestrando fraude nas urnas para vencer as eleições. O PT, que é citado em três histórias, também é representado no mesmo papel de articulador de fraudes eleitorais. Já Bolsonaro aparece como a vítima na iminência de perder as eleições por meio de fraude nas urnas eletrônicas.

Os demais atores centrais podem ser aqui mencionados em pequenos conjuntos. Houve o grupo das Forças Armadas, nomeadamente do Exército, Militares em geral e o General Villas Boas<sup>11</sup>, com uma ocorrência cada, evocados como figuras de poder com capacidade de intervir anulando e convocando novas eleições. Houve, também, o grupo da Justiça Eleitoral, sendo mencionado por duas vezes o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); por uma vez, a presidente do TSE, Rosa Weber; e por duas vezes o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ora na figura de suspeito de fraude nas urnas, ora na figura de poder, como instância que sabe de denúncias e que pode provar as adulterações.

No último grupo, estão personalidades públicas em geral, a maior parte políticos, todos com uma ocorrência, entre eles Michel Temer, Raul Jungmann, Delegado Francischini e Antônio Palocci, além da atriz Regina Duarte. Especificamente, Michel Temer e Raul Jungmann aparecem como figuras que já foram informados das fraudes nas urnas; Antônio Palocci é apresentado como denunciante que teria revelado o esquema do PT nas eleições de 2014; já o Delegado Francischini aparece na figura do salvador, aquele em que as pessoas podem contar para denunciar fraudes nas urnas. A atriz Regina Duarte, por sua vez, também aparece como denunciante de um suposto esquema de fraude. Como a análise se ateve a apenas um caso específico, a categoria temática é justamente fraude nas urnas eletrônicas. As *fake news* sobre fraude nas urnas, em geral, também tocavam em subtemas como o crime de “caixa dois”, intervenção militar, voto em papel e corrupção do PT. Em geral, os textos tinham o tom de denúncia ou prova da existência de fraude nas urnas e apelaram de algum modo para a emoção como revolta. “Meu Deus, onde vamos parar com este país!”, “Gente pelo amor de deus espalhem isso!” e “Está acontecendo diante dos nossos olhos” foram encontrados nas histórias.

## O que os dados nos levam a pensar?

Não é o propósito aqui generalizar conclusões sobre *fake news* com alto grau de confiabilidade, a partir de amostra tão pequena. Tratou-se, bem mais, de explorar o fenômeno para dar corpo a algumas hipóteses mais gerais sobre como funcionou a dinâmica das histórias pretensamente factuais, mas efetivamente falsas, que todos reconhecemos que teve um papel decisivo e preocupante na última eleição presidencial brasileira.

1) Notamos, em primeiro lugar, que perfis pessoais, mais do que páginas, concentraram alto volume de compartilhamento de *fake news* no Facebook e no Twitter. Além disso, percebemos que a disseminação de uma história tende a ser maior quando se constitui um centro de propagação concentrado (por exemplo, um perfil específico) a que quase todos recorrem como fonte, do que quando esta história é difundida de maneira espalhada, por vários centros de propagação de baixo e médio impactos. Isso quer dizer que fontes de baixa visibilidade e altamente dedicadas à fabricação de notícias podem prover *fake news* que virão a ter alto impacto, desde que se constituam como nós de uma rede de largo alcance.

2) Além disso, registramos que a formação de redes, nesse caso, redes políticas, uma característica dos ambientes digitais, também impacta a propagação das *fake news*. O estudo do caso “fraude nas urnas” mostrou que a maior parte das histórias falsas partiu de perfis e páginas que compartilhavam as mesmas ideias sociais, políticas e morais, principalmente, em apoio ao então candidato Jair Bolsonaro e em repulsa à imagem do ex-presidente Lula e às bandeiras e nomes de esquerda. Esta observação reforça a impressão geral de que *fake news* são, principalmente, um fenômeno do

<sup>11</sup>Comandante do Exército Brasileiro entre 2015 e 2019 e assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) do governo Bolsonaro.

movimento conservador de direita. Note-se, a este respeito, que as páginas e perfis que propagaram inverdades sobre fraude nas urnas alinhavam-se, explicitamente, na defesa do conservadorismo religioso, de modo que pastores de igrejas neopentecostais e páginas católicas, por exemplo, participaram da amostra. Além disso, esta observação serve para considerar a hipótese de que a disseminação de relatos políticos falsos tem a ver com os efeitos das chamadas câmaras de eco e bolhas ideológicas, típicos da vida digital, que têm sido testados em diversas pesquisas (BRIGHT, 2017; DEL VICARIO *et al.*, 2016; O'HARA; STEVENS, 2015; TÖRNBERG, 2018).

3) Por fim, notamos, também, que a mimetização do jornalismo importa apenas relativamente para entender porque histórias falsas são validadas, consumidas e distribuídas. Nesse quesito, o caso mostrou que atribuir uma roupagem de notícia ou distribuir *links* com manchete caça-cliques ou inexistiram ou não foram o padrão. Assim, não necessariamente as *fake news* ganham a formatação tradicional de notícia digital (na forma de *link*, foto e manchete) para disfarçar a origem duvidosa, como se costuma pensar. A maior parte das *fake news* se parecia com as formas mais comuns de publicações em redes digitais, seja na forma do “textão” seja nos formatos audiovisuais e de áudio. As histórias não usaram palavras vulgares e de baixo calão, como se poderia esperar, e foram construídas com frases simples e diretas, que também ajudam a consolidar a imagem de uma narração de fatos séria e dotada de credibilidade. Além disso, outras práticas comuns ao jornalismo, a exemplo de citação de fontes, manchetes ou jargões como “exclusivo” e “urgente”, foram usados, mas sem grande destaque.

Isso não quer dizer que outros casos obedeçam a esse mesmo padrão, mas, pelo menos neste caso, não se corrobora a hipótese de que a mimetização jornalística seja o truque fundamental para que os consumidores de informação baixem a guarda para as *fake news*. Muitas vezes, esses conteúdos são amadores ou mal-arranjados, com erros de português, mas, mesmo assim, são defendidos e repassados como legítimos. Neste sentido, aparentemente a ideia de *news* parece dispensável para designar o fenômeno das narrativas falsas pretensamente factuais, a não ser que a própria ideia de *news*, de notícia, tenha se desvinculado, na percepção pública, do jornalismo profissional e tenha passado a significar qualquer informação factual produzida por não importa qual fonte e distribuída *on-line*. De fato, o “eu li no WhatsApp” ou “recebi na internet” não parece, para uma parte considerável das pessoas, colocar a fonte da informação em um *ranking* de credibilidade decididamente inferior a “li no jornal X” ou “vi no noticiário Y”. Uma hipótese que mereceria um teste específico.

4) Percebe-se como igualmente importante a necessidade de considerar o teor da história em sintonia com o próprio contexto político. A pesquisa em tela aponta que as temáticas e os atores envolvidos nessas histórias refletem conflitos latentes da política nacional. Antagonistas, os candidatos do PT, Fernando Haddad, e do PSL, Jair Bolsonaro, foram tratados como agente ativo e passivo da fraude nas urnas eletrônicas, respectivamente. Haddad e o PT como corruptos, capazes de articular crimes e fraudes, e Bolsonaro como vítima cuja derrota seria a prova da existência da fraude, convicção que se fortaleceu após a sua ida ao segundo turno. Tratou-se, substancialmente, de histórias voltadas para beneficiar a direita e prejudicar a esquerda.

5) A amostra analisada, além disso, aponta para a importância de não se isolar as *fake news* como principal problema da política democrática, para o qual é preciso desenvolver ações específicas de combate. Na verdade, as *fake news* devem ser entendidas como sintomas e como parte especial de um fenômeno, que começa com o ataque sistemático à credibilidade das instituições “credenciadas” para determinar o que é verdadeiro e o que aconteceu de fato e termina com a admissão de uma “epistemologia tribal”, segundo a qual verdade e falsidade são relativas aos interesses da nossa tribo. De que serve se armar para enfrentar *fake news*, como se isso fosse possível, quando existe um mar de boatos, fraudes informativas, desinformações, engodos e mentiras difundidos por cidadãos e personalidades públicas que conformam e embasam a distorção da realidade?

6) Por fim, a conclusão inescapável: *fake news* não são, no fundo, um caso de jornalismo danificando a democracia. Não são, na verdade, nem sequer um problema de jornalismo, mas de política. Há, naturalmente, problemas relacionados ao fenômeno das *fake news* com incidência direta sobre a instituição do jornalismo, uma vez que, como argumentamos acima, o movimento social que inaugura a Era da Contrafação Informacional precisou desqualificar o jornalismo, dentre outras instituições às quais a sociedade reconhece a prerrogativa de arbitrar sobre os fatos da realidade, para, a partir de uma crise epistêmica politicamente induzida, ter as suas certezas tribais dogmaticamente construídas e dogmaticamente mantidas. Mas tanto o ataque à credibilidade do jornalismo, quanto a construção de uma ecologia informativa alternativa própria, para uso e consumo da tribo, baseada em desinformação e falsificação, são uma ação da política, com efeitos diretos sobre a qualidade da vida pública nas democracias contemporâneas. Assim, confundir *fake news* com temas como *media bias*, noticiário com baixa qualidade de apuração ou altamente tendencioso, manipulação jornalística, e outros temas tradicionais referentes ao jornalismo de baixa qualidade, pode constituir considerável miopia epistemológica. A contrafação informacional, nesta era de desintermediação política em ambientes digitais, é basicamente a política sabotando a democracia. Com todas as consequências que isto comporta.

---

## Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211–236, maio 2017.

BRIGHT, J. **Explaining the emergence of echo chambers on social media: the role of ideology and extremism**. 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1609.05003>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

DEL VICARIO, M. et al. The spreading of misinformation online. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 3, 2016.

FERRARA, E. Disinformation and social bot operations in the run up to the 2017 French presidential election. **First Monday**, v. 22, n. 8, 31 jul. 2017.

GAUGHAN, A. J. Illiberal Democracy: The Toxic Mix of Fake News, Hyperpolarization, and Partisan Election Administration. **Duke Journal of Constitutional Law & Public Policy**, v. 12, n. 3, p. 57–139, 2017.

GUESS, A.; NYHAN, B.; REIFLER, J. Selective exposure to misinformation: evidence from the consumption of fake news during the 2016 U. S. presidential campaign, 2018. **Semantic Scholar**. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Selective-exposure-to-misinformation%3A-Evidence-from-Guess-Nyhan/a795b451b-3d38ca1d22a6075dbb0be4fc94b4000>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

O'HARA, K.; STEVENS, D. Echo Chambers and Online Radicalism: Assessing the Internet's Complicity in Violent Extremism. **Policy & Internet**, v. 7, n. 4, p. 401–422, dez. 2015.

OLSON, P. How Facebook Helped Donald Trump Become President. **Forbes**, p. 1–9, 2016.

PERSILY, N. The 2016 US election: Can democracy survive the internet? **Journal of democracy**, v. 28, n. 2, p. 63–76, 2017.

ROBERTS, D. America is facing an epistemic crisis. *Vox*, 2017. Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2017/11/2/16588964/america-epistemic-crisis>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

STEENSEN, S. Journalism's epistemic crisis and its solution: Disinformation, datafication and source criticism. *Journalism*, v. 20, n. 1, p. 185–189, 19 jan. 2019.

TÖRNBERG, P. Echo chambers and viral misinformation: Modeling fake news as complex contagion. *PLoS ONE*, v. 13, n. 9, 2018.